

(material para uso específico em programa de formação da ENAP)

Paulo de Martino Jannuzzi

1ª Edição

Campinas, Editora Alínea

2024

Sumário	3
Lista de Gráficos, Figuras e Quadros	
Prefácio	5
Apresentação	9
Introdução	14
1. Política pública como imperativo civilizatório	
a. Introdução	24
b. Política pública como solução para atendimento de necessidades humanas	26
c. Estado de Bem-Estar e as Políticas Públicas	40
d. Programas e sua complexidade de implementação no Brasil	56
e. Do Ciclo clássico à Espiral de Implementação de programas	70
f. Considerações finais	83
2. Os Valores e Ideias que moldam as Políticas Públicas	
a. Introdução	89
b. O contexto institucional, político e ideacional das políticas	92
c. Valores públicos em disputa na moldagem dos programas	105
d. Critérios valorativos das políticas e programas	121
e. Os valores e critérios valorativos na análise CIPI de um programa social	131
f. Considerações finais	139
3. As Evidências para o aprimoramento das Políticas Públicas	
a. Introdução	143
b. Evidências: uma definição em construção	146
c. Centros de produção de estatísticas, dados e estudos em políticas públicas	159
d. Usos das evidências no desenho e implementação de programas	176
e. Evidências, rigor e os limites do conhecimento científico	185
f. Considerações finais	196
4. Inteligência Artificial e Políticas Públicas	
a. Introdução	200
b. Inteligência Artificial e os Modelos Generativos de Linguagem	203
c. Triangulação de evidências e transdisciplinaridade do conhecimento	215
d. O combustível para IA: a produção contínua de evidências originais	223
e. Considerações finais	227
Conclusão	233
Bibliografia referida	242

Capítulo 3

Evidências para o aprimoramento das Políticas Públicas

Políticas públicas demandam muitas evidências para sua proposição, desenho e implementação. Estatísticas, dados, estudos publicados, revisões sistemáticas, reportagens, opiniões de beneficiários de programas e usuários de serviços, documentos preparatórios e a experiência de técnicos e gestores subsidiam, em contextos democráticos, a decisão inexoravelmente política sobre as políticas públicas.

Introdução

O uso sistemático de estatísticas e estudos para desenho e aprimoramento de políticas e programas não é algo novo, remontando há pelo menos mais de 70 anos. É até mesmo mais antigo, se forem considerados os esforços de contenção de epidemias por meio de reformas urbanas e campanhas de vacinação ao final do século XIX nas capitais europeias ou estruturação de serviços urbanos nas grandes cidades americanas (Mulgan 2005, Jannuzzi 2016a). Mas o uso mais intensivo de informação e conhecimento nas políticas públicas está associado com o fortalecimento dessas a partir do pós-guerra, na estruturação do Estado de Bem-Estar Social, como descrito no primeiro capítulo. O campo de Avaliação de políticas públicas vai alargando seu escopo de preocupações temáticas e instrumentos metodológicos, passando a cobrir, além de estudos sobre os resultados e impactos das políticas e programas, pesquisas diagnósticas e de implementação dos mesmos. Decisões públicas sobre políticas e programas passaram a demandar um conjunto plural de evidências sobre os mesmos, como o tamanho e características dos públicos-alvo a atender. Era necessário também investigar a capacidade técnica dos agentes encarregados da implementação dos programas, as dificuldades operacionais enfrentadas em determinadas regiões e a cobertura e qualidade dos serviços e entregas realizados.

A história da Avaliação e das Estatísticas Públicas está fortemente associada, além do desenvolvimento das políticas públicas, aos avanços na democratização do voto e da participação política ao longo do século passado. Debates públicos entre atores políticos passaram a exigir mais do que narrativas bem articuladas de ideias e propostas, mas também de argumentos fundamentados em estatísticas e estudos. Movimentos sociais, partidos políticos e a burocracia pública passaram a se valer de informação e conhecimento para defesa de propostas, balanço de governo, transparência na gestão. O termo Evidências apareceu no campo mais ao final do período, nos anos 1990, sendo introduzido e

naturalizado nos meios técnicos pelo movimento “Políticas Públicas Baseado em Evidências” (PPBE), como discutido mais à frente nesse capítulo.

Ainda que seja um termo consolidado no vocabulário técnico internacional da área e incorporado aparentemente de forma acrítica no léxico nacional, o termo Evidência parece ser uma escolha terminológica infeliz- pelo menos em português- para denominar os aportes informacionais para políticas públicas. Evidência remete ao cotidiano jurídico-policial, como indícios e provas de um delito criminal, a serem apresentadas de forma inconteste em um julgamento. Insinua que se trata de informação robusta a qualquer questionamento. Pode sugerir que o campo de estudos e avaliações de Políticas se move pela atuação de técnicos e pesquisadores que, orientados por uma inspiração policialesca, buscam produzir evidências incontestáveis nos laboratórios de pesquisa, prontos para sentenciar programas que, por convicção, já estariam previamente condenados por existir. Talvez amenize esse desconforto o fato de o termo ter sido emprestado do movimento “Medicina baseado em Evidências” dos anos 1980, que preconiza o uso mais sistemático de achados das pesquisas médicas nos cuidados dos pacientes e, em especial, nos sistemas públicos de saúde. Ainda assim, dados, informação, conhecimento ou subsídios informacionais seriam vocábulos técnicos mais apropriados para designar o insumo básico aqui referido. Mas, por convenção léxica e resignação crítica, se adota, também nesse livro, o termo evidência.

Feita essa ressalva e tendo já discutido o conceito e complexidade das políticas públicas no primeiro capítulo, defendida a importância dos valores e ideias na inspiração das mesmas no segundo, esse é o momento de discutir a importância da Informação na moldagem das políticas e programas. Nesse capítulo apresenta-se uma definição mais clara do que entende por Evidências e seu papel no aprimoramento de políticas e programas. Na primeira seção do capítulo apresenta-se uma definição “pragmática” do termo. Nessa perspectiva, evidências compreendem aos diferentes insumos informacionais que subsidiam políticas e programas como estatísticas, *big data*, estudos avaliativos e meta-avaliativos, *corpus* de pesquisas qualitativas, material documental não publicado e o conhecimento tácito sobre experiências de implementação acumulada pela burocracia pública.

Na segunda seção são apresentados alguns dos principais órgãos públicos e não governamentais que sistematizam evidências, informação e conhecimento no Campo de Públicas. Sem a pretensão de ser exaustiva, são relacionadas algumas das principais instituições de produção de estatísticas e centros de produção de estudos, análises e avaliação de políticas e programas, em parte resgatados nos outros dois livros da tríade “Informação e Políticas Públicas” já referida (Jannuzzi 2016a, 2017).

Segue-se, na terceira seção, a discussão das diferentes demandas de informação ao longo da

especial de implementação do programa, à luz da proposta do curso espiralado por que passam. Discute-se também como a complexidade da questão pública tratada por um programa, a natureza *top-down* ou *bottom-up* de sua implementação e o seu viés distributivo ou redistributivo influenciam a intensidade e tipos de evidências mobilizadas no processo decisório. Evidências são tão mais importantes na gestão de um programa quanto mais complexa a demanda ou problema público, quanto mais participativo sua implementação e quanto mais disputado parece à sociedade a legitimidade de sua proposição.

A última seção traz uma discussão crítica acerca da inspiração tecnocrática do movimento PPBE e sua concepção restritiva de evidências. Aponta-se o mito da neutralidade técnica do conhecimento técnico e científico, os limites e não consensualidades explicativas na Ciência. Como lembra Merino (2013), há diferentes prismas interpretativos para analisar e valorar as questões públicas e dependendo de quem o faça, dos valores, dos modelos cognitivos e das técnicas que empregue, uma iniciativa pode ser considerada meritória ou inadequada. Procura-se defender que não basta julgar “o que dá certo e o que não dá” nas políticas e programas. Em muitas situações encontradas na gestão pública é preciso saber “para quem” e “em que contextos” aquela política ou programa “está dando certo ou não”. Em outras tantas situações, o importante é saber “como fazer para dar certo” o programa ou “porque não está dando certo”. Finaliza-se o capítulo apontando-se a necessidade de superação da perspectiva positivista e neopositivista que ainda orienta boa parte das pesquisas no campo da Análise e Avaliação de Políticas Públicas.

Evidências: uma definição em construção

A regularidade com que a questão “*what counts as evidence*” – o que vale como evidência – aparece na literatura internacional é revelador da falta de consenso terminológico acerca do termo. Como toda disciplina, campo e subcampo da Ciência, a área de estudos “Informação e Políticas Públicas” também tem suas disputas conceituais e discussões epistêmicas. Na revisão de literatura internacional, Piddington *et al* (2024) apontam a existência de pelo menos três abordagens conceituais para Evidência, refletindo visões diferentes de comunidades epistêmicas e de práticas na área. São elas: uma concepção mais restrita do que se entende como evidência válida para orientar processos decisórios de políticas públicas como os insumos de natureza “científica-quantitativa-casual”, adotada pela comunidade PPBE; outra, diametralmente oposta, de entender como evidência as “narrativas construídas” pelos atores políticos ou qualquer informação que contribua para dar mais clareza ou materialidade às questões em disputa entre eles; por fim, há uma definição “pragmática” de considerar

como evidências estatísticas, artigos científicos e conhecimentos práticos de gestão, adotada pelos técnicos envolvidos na gestão de programas. Esta última é uma definição situada entre a conceituação tecnocrática-positivista da comunidade PPBE e aquela relativista-construtivista adotada pelos políticos e cientistas sociais que estudam o campo.

Essas três concepções do termo foram identificadas pelos autores em uma pesquisa com técnicos e gestores públicos de dois países do Reino Unido— Escócia e País de Gales- a partir da aplicação de um questionário com vinte assertivas com escala de concordância/discordância. A pesquisa mostra que sentenças como “Evidência quantitativa é a de maior importância no processo”, “Evidência é qualquer coisa que ajude a fazer um esboço da questão pública” e “Evidência depende do que se quer saber e do propósito a que se destina”, encaixam-se como motes típicos do que se entende pelo termo em cada uma dessas três comunidades citadas.

A abordagem pragmática acima citada do termo Evidência é a perspectiva adotada nesse livro, consoante às práticas de busca e uso de informação identificadas em amplo levantamento junto a técnicos e gestores federais no país (Enap 2018, Koga *et al* 2022b). O que se considera evidência nesse livro “depende do que se quer saber e do propósito a que se destina”. Em uma definição mais objetiva constituem evidências o conjunto de dados, estatísticas, estudos, documentos preparatórios e, adicionalmente, o conhecimento tácito acerca das políticas públicas e seus programas, voltados a subsidiar o desenho, implementação e aprimoramento de suas atividades, produtos e resultados. Não é uma definição tão restritiva como a preconizada originariamente pela comunidade PPBE- como discutido na última seção desse capítulo- nem uma conceituação tão ampla que abarcaria todo o conhecimento técnico e científico mobilizável para a Análise de Políticas Públicas, como descrito no capítulo anterior. Ideias e valores, interesses e discursos dos atores, arcabouço institucional mais amplo constituem, com certeza, informação e conhecimento relevante- ou “macro-evidências”- para entender o agendamento, formulação e implementação de políticas e programas em sua trajetória. Mas o que se denomina de evidência nesse livro é um tipo de informação de natureza menos analítica e mais instrumental para subsidiar o aprimoramento de políticas e programas, como as produzidas no âmbito da Avaliação e da Gestão, que desvelem aspectos específicos sobre os públicos-alvo, sobre os desafios de implementação, sobre os resultados das políticas e programas nos vários contextos territoriais e político-institucionais em que operam.

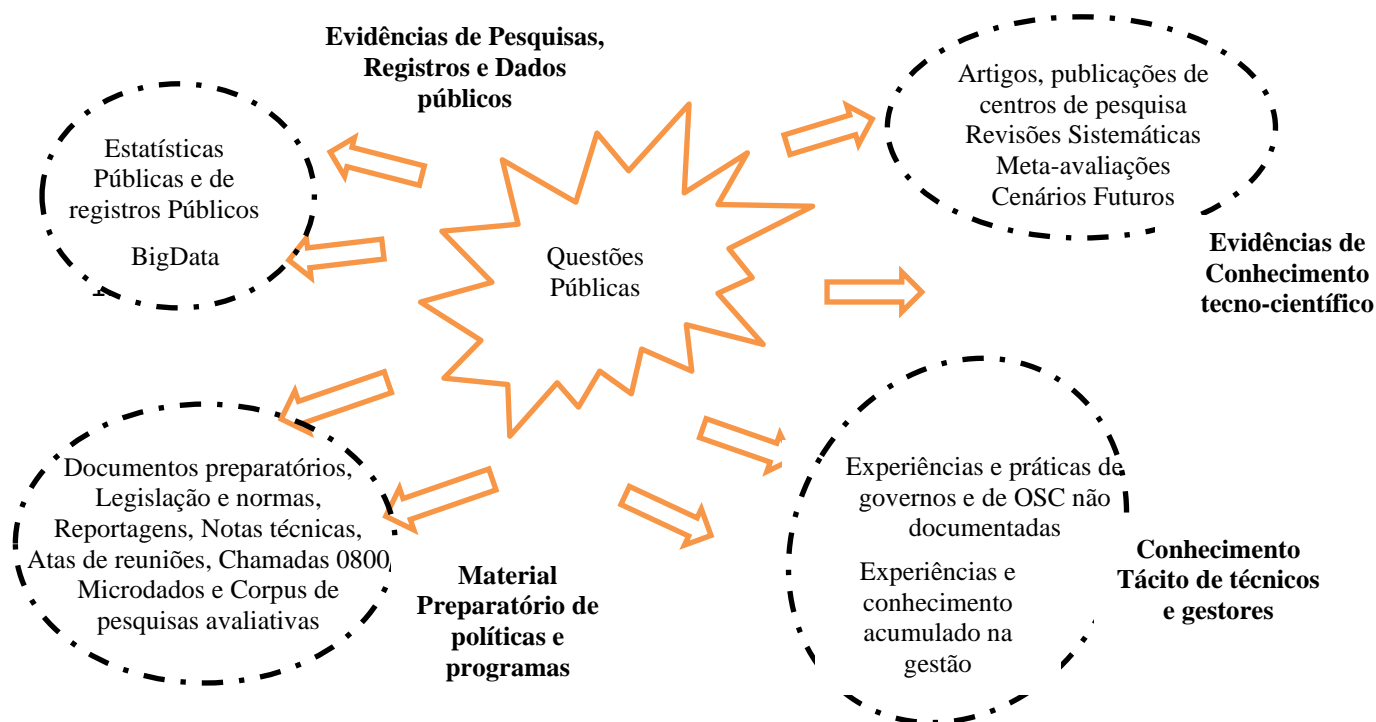
Nesse sentido, com essa definição, evidências podem ser encontradas sob diversas formas ou roupagens, como:

- estatísticas provenientes de pesquisas do IBGE, do INEP, do Datasus e outras agências;

- dados de sistemas de informação de programas públicos, registros e cadastros públicos, agências reguladoras, pesquisas de avaliação específicas;
- corpus de entrevistas com beneficiários, técnicos sociedade civil, conselhos de participação social, parlamentares em pesquisas qualitativas;
- indicadores, mapas e tabelas produzidos por centros de pesquisa e universidades;
- dados- quanti ou qualitativos- provenientes de mídias sociais e BigData;
- conclusões de análises de políticas públicas, artigos em revistas técnicas e científicas, publicações de organismos internacionais, revisões sistemáticas sobre temáticas e programas;
- simulações de impactos de programas alternativos ou cenários normativos idealizados;
- achados de avaliações de programas, realizados para diagnósticos de públicos-alvo, de problemas de implementação e aferição de resultados;
- leis e normativas que definem e regulamentam o programa;
- reportagens e matérias em boletins especializados, em papel, sítios ou mídia digital;
- notas técnicas produzidas no âmbito da Administração Pública, assim como estudos preliminares, apresentações, tabelas e demais materiais preparatórios para o processo de decisão pública;
- informações derivadas de atas de reuniões com equipes técnicas, de conselhos de diálogo interfederativo, de participação social envolvidas na operação dos programas;
- reclamações, elogios, sugestões enviadas por cartas, correio eletrônico e serviços 0800, recebidos pelas Ouvidorias Públicas;
- depoimentos, conhecimentos práticos, vivências e experiências de iniciativas governamentais e da sociedade civil no país e no exterior;
- conhecimento tácito acerca de experiências de implementação e gestão de programas;

Estes variados tipos de insumos informacionais para as políticas públicas podem ser agrupados em grandes categorias segundo a natureza analítica aportada e o grau de estruturação ou publicização das mesmas. Nessa proposta as evidências são divididas em quatro categorias (Figura 1): os aportes informacionais advindos de levantamentos estatísticos, dados de registros administrativos, sistemas de informação e dados veiculados na Internet; o conhecimento publicado em artigos técnicos e acadêmicos sobre políticas públicas; o material documental usado nos centros de gestão de acompanhamento de programas e escritórios de planejamento; por fim, o conhecimento tácito de gestores e servidores em suas vivências na implementação de programas.

Figura 1: Evidências para Políticas Públicas em suas várias roupagens



Fonte: do autor

Informações de natureza mais estruturada e acessível como as estatísticas e indicadores derivados de pesquisas avaliativas e os estudos avaliativos publicados em revistas acadêmicas especializadas constituem-se nas evidências mais recorrentes em políticas públicas (Parkhurst 2017). A institucionalidade dos centros onde são geradas, o uso de protocolos formais de produção e a disponibilidade pública desses tipos de evidências explicam isso, como discutido mais à frente. Essas duas categorias “duras” de evidências- informações descritivas e conhecimento estruturado- diferenciam-se entre si pelo conteúdo mais descritivo ou interpretativo que aportam à análise da política ou programa (Quadro 1).

Quadro 1: Evidências segundo perspectiva de análise e grau de estruturação

Grau de estruturação formal e publicização	Natureza do Aporte Analítico		
		Descritiva	Interpretativa
	Mais Estruturado e acessível	Estatísticas Dados de registros e cadastros Dados de Sistemas de gestão <i>Big Data</i>	Artigos publicados em periódicos Revisões Sistemáticas e meta-avaliações Livros e Relatórios internacionais Estudos de cenários futuros
	Menos Organizado e, em geral, menos acessível	Notas técnicas, atas de conselhos Normas operacionais do programa Informações da Ouvidoria e Reportagens <i>Corpus</i> e microdados de avaliações Entrevistas em Mídia Digital especializada	Depoimentos de técnicos Conhecimento Tácito Documentários de programas

Fonte: do autor

Na categoria de evidências descritivas estão as estatísticas, produzidas a partir de levantamentos com metodologias consensuadas por comunidades epistêmicas de longa data, os dados de cadastros públicos ou de sistemas de gestão de programas – estruturados segundo protocolos administrativos, menos padronizados e menos robustos- e de forma crescente, *big data* ou dados digitais. Estatística, termo que deriva etimologicamente do alemão *statistik* – informação para gestão do estado- é um tipo de evidência com status diferenciado entre o conjunto de dados elegíveis a informar as políticas públicas. Não disputam com o *Big Data*, a velocidade de produção, nem o volume da disponibilidade, mas talvez a variedade temática e, sobretudo, a veracidade de seu aporte informacional. Afinal, estatísticas são produzidas segundo protocolos transparentes e consensuados com a comunidade epistêmica nacional e internacional. Têm histórias de disputa conceitual, de lapidação metodológica e de interpretação analítica, como ilustram as estatísticas sociais e de mercado de trabalho, por exemplo. Os indicadores de pobreza, desigualdade ou desemprego que se usa comumente hoje em dia foram criados e aprimorados em ambiente de muita discussão conceitual, propostas de protocolos de coleta e disputa analítica ao longo do século passado, dentro das universidades, agências estatísticas, governo e sociedade. Diferentemente de outros tipos de dados, produzidos mais rapidamente, de larga variedade, em grande volume e anonimamente na *Internet*, as estatísticas se legitimam por seguirem os códigos e protocolos os “Princípios das Estatísticas Oficiais”, adotados internacionalmente pelas organizações estatísticas no mundo.

Em geral, as informações produzidas têm ampla disponibilização pública e sem custos de acesso se disponibilizadas pela Internet. Parte-se do pressuposto de que as estatísticas se constituem intrinsecamente em um bem público meritório, financiadas pelo Estado para acesso universal e facilitado de toda a sociedade, e que quanto mais disseminadas e usadas, maiores os benefícios para

toda a sociedade. Elas gozam, pois, de uma institucionalidade que as tornam um tipo de informação “oficial” verossímil, reconhecida pelo Estado, e por isso, com credenciais potencialmente maiores para atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que outros tipos de evidências. Por essa razão é que atores políticos se valem das estatísticas na forma de indicadores sociais, econômicos ou ambientais em suas narrativas e demandas. Ter uma estatística que reconheça o tamanho das comunidades quilombolas, população indígena, população com deficiências ou população em situação de rua confere reconhecimento institucional às demandas de movimentos sociais na agenda de prioridades governamentais. Entre a estatística oficial e outro dado disponível, ainda que rigorosamente produzido, a primeira parece se legitimar mais como evidência mais verossímil no debate público.

Dentre a diversidade de definições, pode-se entender *big data* como informações geradas a partir da interação entre indivíduos, empresas e sociedade, que circulam em meios digitais, em grande volume, velocidade, variedade e com níveis diferentes de veracidade e valor público (Abdulkadri *et al* 2016). *Big data* são produzidos por uma miríade de organizações e indivíduos, com propósitos administrativos, científicos, comunicacionais, noticiosos ou até desinformativos, com grande facilidade de circulação por meios digitais e/ou *Internet*. Incluem os registros de passagem de carros em pedágios, de ligações por telefonia celular, de preços de produtos em compras eletrônicas, imagens de satélites ou de câmeras de vigilância em ruas de cidades, assim como notícias veiculadas pela mídia digital e mensagens trocadas entre pessoas. Pelo volume, velocidade e variedade de suportes – áudio, texto, imagens etc.- não são passíveis de tratamento por meios convencionais de processamento e de análise de dados. A veracidade e valor público dessa massa volumosa e disforme de *big data* tem se ampliado rapidamente com o esforço da comunidade de pesquisadores em Ciências de Dados e de técnicos das agências estatísticas pelo mundo (Vieira, da Silva 2023; Nações Unidas 2013). As agências estatísticas estão, em algum sentido, voltando às suas origens pré-digitais, obrigadas a repensar não apenas as metodologias de tratamento e qualificação dos dados, mas como assegurar o acesso periódico e gratuito aos mesmos, já que boa parte desses dados digitais pertencem a organizações privadas e às *Big Techs*, ou foram apropriadas por elas (Cartier 2023).

Com menor intensidade no caso das estatísticas, os demais dados – administrativos ou qualitativos- precisam de um processamento analítico adicional para revelar seu potencial informativo para políticas e programas. No caso do *Big Data* é preciso identificar os vieses das fontes originárias das informações e procurar mitigar as distorções que geram nos dados. A *Internet* é um campo de muita desinformação, *fake-news* e mentiras, repetidas com tanta frequência e a partir de tantas fontes

diferentes que podem parecer dados com alguma utilidade positiva para sociedade e governos. Em muitas situações o alcance que as mídias sociais proporcionam é um grande problema a ser resolvido no tráfego da informação por esses meios¹. Grupos de extrema direita tem tido muito sucesso na veiculação de mensagens de ódio e desinformação, frente a inexistência de mecanismos de responsabilização mais efetiva. A controvérsia sobre o *Kit Gay*, nome pejorativo para o projeto meritório Escola sem Homofobia do MEC, é um desses casos emblemáticos da irresponsabilidade consentida de *influencers* e grupos de extrema direita nas mídias sociais, com consequências na interrupção da iniciativa meritória e sua interdição na agenda pública nos anos seguintes e com impactos no debate eleitoral de 2018 (Haddad 2019; Maracci; Machado 2022).

Sob o anonimato das mídias sociais, movimentos e políticos de extrema direita, coligados com lideranças conservadoras e intolerantes no campo religioso e os sempre atentos e oportunistas agentes do mercado têm conseguido convencer segmentos expressivos da sociedade – jovens, adultos e idosos, brancos e negros, pobres e a classe média- de que o Estado e as políticas públicas são os responsáveis pelas dificuldades individuais de se ingressar em uma faculdade, conquistar um emprego melhor ou melhorar a condição de vida. O culto aficionado à liberdade do mercado, ou melhor, ao libertarismo de mercado; a crença irrefletida quanto a tradições religiosas e aos regramentos de vida tal preconizados no Velho Testamento (!); a submissão fanática a lideranças autoritárias, intolerantes e agressivas disputam as preferências, visões de mundo e o espírito do tempo com valores iluministas como a precedência do Interesse Coletivo e da Solidariedade, a Laicidade do Estado, a Democracia como modelo de governança. A insuflação da xenofobia, do preconceito, da discriminação contra pobres, migrantes, homossexuais e minorias étnicas tem sido uma estratégia poderosa, empregada com certa regularidade histórica pelo mundo, para escamotear decisões políticas movidas por interesses econômicos inconfessáveis. Na atualidade, a motivação do uso de tal estratégia não é diferente. O uso de *Big Data* requer, pois, muitos cuidados adicionais.

Os estudos tecno-científicos publicados em revistas especializadas no campo constituem-se em evidências interpretativas na proposta aqui apresentada, na medida que se valem de um marco referencial analítico mais denso e formal para tratar as evidências descritivas - dados de pesquisas, relatos de entrevistas e *big data*- na compreensão dos fenômenos sociais, ambientais, econômicos e políticos em questão. Esses estudos seguem, em geral, ritos e convenções mais dialogadas e alongadas

¹ Vide nesse sentido entrevista de Sergio Amadeu ao Canal Fora da Política Não Há Salvação (<https://youtu.be/baIkryri8UU?si=kQAd9udl3mXYH6GI>) de Claudio Couto sobre as investidas de Elon Musk, dono da mídia social X, contra a regulação da Internet no Brasil em <https://www.youtube.com/watch?v=L2MZYa4ZGdM>

para legitimação das evidências aportadas, próprias do processo de produção do conhecimento técnico-científico como a necessidade de embasamento bibliográfico, submissão à validação por pares, eventuais correções ou mesmo a recusa de sua publicação.

As sistematizações de achados de estudos já publicados são particularmente importantes para garantir a organização das evidências acerca de programas, os resultados convergentes e divergentes pelo território, os avanços e retrocessos ao longo da implementação. Também permite apresentar achados segundo diferentes perspectivas analíticas com que o programa público pode ter sido analisado. Essas sistematizações de achados – como revisões, sínteses ou estudos meta-avaliativos – tem sido possível pelo aumento da produção de estudos e avaliações sobre políticas e programas públicos nos governos, centros de pesquisa, organismos internacionais e universidades. Nas áreas de programas em Saúde e Educação ou de programas sociais redistributivos há uma produção muito significativa de estudos, realizados sob diferentes metodologias e em diferentes contextos regionais no país. Nesses casos é possível fazer sistematizações seguindo os rígidos protocolos de seleção de artigos nos periódicos acadêmicos mais bem reputados, como previsto em revisões sistemáticas (Galvão, Pereira 2014). Em algumas áreas, em que existem muitos estudos com metodologias padronizadas – em geral, estudos experimentais, com diferentes populações amostradas – as revisões sistemáticas podem se tornar meta-análises, com propósitos de responder questões ainda mais específicas. É o caso na Saúde Pública e Epidemiologia, em que se pode querer organizar evidências acerca de tratamentos preventivos ou cuidados possíveis para evitar uma determinada doença, típico caso para realização de uma Revisão Sistemática centrada em periódicos especializados. Se a questão é mais específica, como avaliar o grau de efetividade de um tratamento específico, trata-se de um caso de Meta-análise.

No Campo de Públicas existem situações de aplicação dessas técnicas como ilustram as revisões sistemáticas de Perin *et al* (2021), sobre o programa Aquisição de Alimentos, e de Almeida *et al* (2024) sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, entre outras. Meta-análises são menos frequentes pelas dificuldades éticas, políticas e operacionais de produção de estudos padronizados de programas sociais (Jannuzzi 2023). Quando não se conta com um volume significativo de estudos sobre um programa, a revisão de achados que é possível de ser feita é a revisão bibliográfica mais convencional ou um estudo meta-avaliativo. Esse tipo de estudo – meta-avaliação – se caracteriza por uma abordagem mais flexível de organização das evidências, procurando privilegiar a pluralidade de enfoques, de metodologias e de contextos de análises. Nesse caso, as não-regularidades são tão importantes quanto as regularidades, o que leva o analista a adotar critérios menos restritivos de seleção de estudos que o adotado em revisões sistemáticas ou meta-análises, para contemplar análises e

avaliações de programas em situações contextuais mais diversas. No estudo meta-avaliativo a ideia é oferecer ao decisor político um leque de evidências mais plural e analítico que o panorama sintético de regularidades que a revisão sistemática, em geral, produz, como consequência da rigidez de seu protocolo metodológico. Exemplos ilustrativos de meta-avaliação são o estudo de Oliveira e Soares (2014) sobre o suposto “efeito-preguiça” do Bolsa Família e o realizado no âmbito da avaliação do programa Água para Todos, apresentado em Ruediger *et al* (2018), já citado.

Outros tipos de evidências interpretativas de natureza formal relevantes para informar o processo de políticas públicas são os livros, as publicações oficiais sobre programas e os estudos de cenários futuros. Livros específicos centrados em programas não são comuns no país. “Vozes do Bolsa Família” de Rego e Pinzani (2013) é um desses poucos e meritórios casos, com aportes sistematizados de entrevistas com 150 beneficiárias, acompanhadas durante cinco anos em cidades pobres no Nordeste. Evidências sobre impactos positivos do programa e também de problemas no acesso aos benefícios são apresentadas pelos autores. Publicações organizadas por Ministérios e organizações públicas – ou técnicos e gestores das mesmas- podem trazer contribuições significativas, com artigos mais descritivos ou mais analíticos sobre os programas que operam. Há, por vezes, certo preconceito ou ressalvas de pesquisadores em usá-los ou referenciá-los como fonte de evidências, por suspeitar que trazem “narrativas oficiais ou oficiosas” dos programas, apontando mais os sucessos e virtudes do que os problemas de implementação. Algum crédito deveria ser reconhecido nessas iniciativas pois podem trazer dados, relatos e informações inéditas, que poderão vir a ser publicadas muito tempo depois, como revelam as publicações organizadas por Campelo *et al* (2014), Campelo e Neri (2013), Aranha (2010), entre outras.

Se dispor de evidências do passado e do presente é mandatório, ter acesso a estudos prospectivos é um “luxo”. Cenários Futuros são abstrações contextuais multidisciplinares acerca de possíveis trajetórias futuras da realidade social e econômica de uma sociedade. Proporcionam ao decisor estratégico, a informação e o conhecimento possível para antecipação, desenho e escolha das intervenções públicas com maiores chances de sucesso frente aos acontecimentos futuros mais previsíveis ou frente a aqueles, possíveis de ocorrência, e de grande impacto social, econômico ou ambiental (Buarque 2003). Vale observar que as técnicas de delineamento de Cenários Futuros desenvolveram-se de forma significativa no século XX, como consequência da necessidade de antecipar-se e preparar-se para complexidade e incertezas crescentes do mundo contemporâneo, tendo se legitimado pelo relativo sucesso até os anos 1980 (Glenn e Gordon 2011). Eram aplicadas em contextos de incertezas baixa ou média, em que é possível mapear principais tendências e antecipar

eventos futuros dentro de certa margem de ocorrência (Courtney 2004). A conjuntura atual e perspectivas para próximas décadas para o Brasil e Mundo parecem fugir à certa regularidade e previsibilidade que as técnicas convencionais pressupõem. Vive-se um contexto de grande ambiguidade de perspectivas futuras, em que técnicas estruturadas de construção de cenários podem produzir resultados que venham a ser superados e invalidados no médio prazo (Gonçalves *et al* 2011). Mas é exatamente nesses contextos de incerteza e indeterminação que os exercícios prospectivos são mais necessários, ao apontar caminhos, portas e saídas que se pode escolher ir ou evitar nas decisões do presente e futuro próximo.

Estudos de cenários futuros para políticas e programas são ainda mais raros. São boas ilustrações da utilidade- e dificuldade de elaboração- os estudos de cenários exploratórios em Segurança Pública (Ferreira e Marçal 2015) e Agrícola, considerando os efeitos das mudanças climáticas no país (Santos *et al* 2013). Ambos contextos são, curiosamente, de muita incerteza e indeterminação, e por isso, tão necessários de serem prospectados. Bons estudos prospectivos identificam tendências inerciais, antecipam algumas transformações possíveis, sugerem eventos disruptivos e sugerem atenção a dimensões latentes, isto é, apontam evidências concretas ou possíveis que precisam ser consideradas no desenho dos programas, para maior sucesso e resiliência em sua implementação. Se, por exemplo, o convencionalismo – crença nos valores tradicionais, em detrimento do conhecimento científico- é uma inclinação persistente de parte da sociedade contemporânea, programas que lidam ou resvalam em temas entendidos como de foro íntimo, familiar ou religioso – como programas de vacinação, saúde sexual reprodutiva, esclarecimentos sobre efeitos de uso de drogas para juventude etc- precisam estar preparados já, de início, para isso. Se a mudança climática é um fato inexorável, com consequências avassaladoras de grandes proporções nas cidades pelas enchentes ou na produção agropecuária pela seca, é preciso antecipar medidas mitigadoras. Projetos de engenharia de escoamento da água nas grandes cidades, melhorar a organização da defesa civil e soluções de adaptação da produção alimentar são algumas dessas ações a antecipar. Enfim, no enquadramento paradigmático de políticas públicas como atendimento de demandas normativas, as evidências que prospectam o futuro são tão importantes quanto as evidências do passado e do presente sobre um programa e seu contexto de implementação. Antecipar futuros contribuem para melhores decisões no presente de onde se quer chegar.

Para além dessas evidências “duras” mais formais e reconhecidas pelos procedimentos técnicos e/ou de legitimação científica por que passam, nesse livro também “conta” como evidência o material documental não publicado em periódicos acadêmicos como as informações advindas do vasto acervo

de legislação e normas de programas, atas de reuniões, notas técnicas, manuais de treinamento, reportagens selecionadas, pareceres e recomendações dos órgãos de controle, informações advindas dos sistemas de Ouvidoria Pública. Constituem-se em literatura cinzenta sobre programas, isto é, conhecimento relevante ainda não publicado – em preto e branco- mas com potencial para tanto. Pelo volume, diversidade e profundidade de informação desses meios é até curioso como isso tudo pode não ser considerado como evidência para segmentos mais ortodoxos da comunidade PBBE. Evidências relevantes para políticas e programas não são apenas aquelas técnicas-científicas, que passaram por processos formais e ritos hierarquizados da Ciência Normal que as comunidades epistêmicas estão habituadas, mas também aqueles gerados no ambiente “heterárquico” das práticas da gestão e de operação.

A legislação e normas operacionais são fundamentais como evidências formativas dos programas. Explicitam valores públicos, princípios de atuação, regras de conformidade dos processos, parâmetros de cobertura e de alcance dos objetivos dos programas. O arcabouço normativo que ampara as políticas e programas pode ser vasto, requerendo a busca específica em sítios no Ministérios, nos catálogos de programas públicos – do IPEA e do CIAP, apresentados na seção seguinte- ou ainda nos portais especializados do Senado e assessorias parlamentares nos estados e municípios. No manual de elaboração de diagnósticos setoriais publicado por Rossim *et al* (2023) há uma breve sistematização da legislação federal básica de diversas áreas setoriais das políticas públicas. Cada capítulo do manual é dedicado a uma área setorial, com apontamentos relativos à legislação pertinente, as questões-chave da agenda política na área e, além disso, os indicadores relacionados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional da Educação são, por exemplo, documentos normativos básicos citados, para orientar a busca de informações para subsidiar programas na Educação. A Saúde, a Assistência Social e outras áreas programáticas têm também suas normativas básicas, que podem ser consultadas de forma prática no manual.

Reportagens e notícias sobre políticas e programas, coletadas em jornais e outras mídias, nacionais e regionais, podem trazer evidências relevantes sobre problemas de implementação, de cobertura e de resultados junto aos públicos-alvo pelo país. Naturalmente, há que se cuidar dos vieses interpretativos conservadores da cobertura midiática nacional e regional, já comentado. Há também, por vezes, dificuldades cognitivas de jornalistas ao cobrirem políticas e programas, em função do desconhecimento de conceitos básicos e da complexidade operacional dos mesmos. Muitas matérias são analisadas com a superficialidade de uma análise de bastidores da conjuntura política, não propriamente do contexto político e ideacional que envolve as políticas e programas. Ter contrapontos

a essas reportagens por meio de entrevistas de técnicos e gestores, em geral, ouvidos nas mídias digitais pode ser um bom caminho. Em algum momento próximo, a comunidade acadêmica precisará reconhecer que muitas entrevistas e matérias que circulam em canais digitais de universidade e mídias alternativas tem uma contribuição técnico-científica tão legítima quanto textos publicados em periódicos tradicionais.

Nesse material documental preparatório inclui-se ainda as registros de pactuações, problemas e sugestões em atas de reunião em instâncias participativas e de diálogo interfederativo, assim como as reclamações, elogios e opiniões recolhidas diariamente nas Ouvidorias Públicas. A análise de cartas e comunicações de beneficiários podem trazer subsídios importantes não só para diagnosticar problemas de implementação como sugestões para redesenho do programa. Do acompanhamento e da leitura das inúmeras cartas enviadas à Presidência, então ocupada por Lula, surgiu a proposta de distribuição gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes pelo programa Farmácia Popular (Cohn 2014). Os relatos de dificuldades na compra pelo preço dos medicamentos e de sua retirada no atendimento primário à saúde teria ensejado essa estratégia de distribuição. As cartas e mensagens à Ouvidoria ou à Ministra do Ministério de Desenvolvimento Social também foram úteis como estratégia de sensibilização de gestores e técnicos dos programas, em Brasília e na ponta nos municípios, para aplacar opiniões, sentimentos e preconceitos contra pobres, migrantes e população de rua. Adesão aos ideais e valores republicanos é, como se insistiu no capítulo anterior, um pressuposto básico para garantir a boa implementação das políticas e programas. Não bastam as Institucionalidades progressistas da Carta Maior ou da legislação infraconstitucional; é preciso que essas Ideias sejam “compradas” pela sociedade, atores políticos e servidores públicos.

Nesse conjunto de evidências “menos duras, moles ou moldáveis” incluem-se os manuais de capacitação, modelos lógicos, mapa de processos e resultados de programas, quando existentes, relatórios de acompanhamento, monitoramento e avaliações já realizadas, mas ainda não publicadas em revistas acadêmicas. Avaliações realizadas anteriormente podem ter base de microdados se quantitativas. Com os microdados já levantados anteriormente, pode-se processar um novo plano tabular para responder novas demandas avaliativas. Se qualitativas, as avaliações podem ter gerado *corpus* volumoso de depoimentos de beneficiários, não beneficiários e técnicos de programas. Esse material é, em geral, explorado de forma panorâmica nos relatórios de avaliação, em função dos prazos apertados dos contratos e pelas dificuldades de tempo e de agenda das equipes internas dos programas. Contudo, constituem um conjunto importante de evidências para continuar produzindo insumos e *insights* em momentos posteriores, frente a novas perguntas avaliativas, com emprego de metodologias

estruturadas de análise de textos e, crescentemente, por aplicativos de processamento natural de linguagem desenvolvidos no campo da Inteligência Artificial.

Além de material preparatório constituem-se também em evidências relevantes – e “moldáveis” – o conhecimento tácito sobre experiência acumulada de técnicos e gestores. São informações menos reconhecidas como “evidências” pela comunidade de práticas de avaliadores de políticas, pelo grau de informalidade, disponibilidade mais restrita, menor estruturação e relativa intangibilidade. Para se tornarem, de fato, peças de evidências para uso na decisão pública precisam passar por procedimentos metodológicos específicos. Podem requerer, por exemplo, sistematização de informação por meio de análise estruturada dos relatos em atas de reuniões, entrevistas semi-estruturadas de técnicos e gestores com experiências relevantes acerca do programa em questão, sessões de brainstorming e outras técnicas propostas pelo *Design Thinking*. Pela extensão territorial do Brasil, sua heterogeneidade estrutural e contextos diversos de gestão, os municípios constituem um imenso laboratório de experiências de criação e implementação de programas públicos. Essas experiências estão guardadas, em boa medida, nas mentes e lembranças de técnicos e gestores. Talvez algumas estejam eventualmente documentadas em concursos nacionais ou estaduais de boas práticas de gestão municipal, outras talvez tenham sistematizadas em trabalhos acadêmicos de final de cursos de graduação e pós-graduação no Campo de Públicas. Podem trazer inovações interessantes e serem replicáveis em outros contextos. Essas experiências são evidências em potencial, mas em sua maioria mantem-se como um ativo tácito que aguarda por ser desvelado em projetos de extensão universitária. Esse é um dos objetivos do projeto de Inteligência Artificial em Políticas Públicas, apresentado no próximo capítulo.

As evidências derivadas de material documental preparatório em Ministérios, governos estaduais e prefeitura e o conhecimento tácito sobre políticas e programas não estão facilmente disponíveis. Em geral, com exceção de legislação, reportagens e notas técnicas, materiais documentais podem estar organizados nos escritórios de planejamento, laboratórios de *design* e inovação ou, mais comumente, dispersos nos computadores, armários e gavetas das “cozinhas” das coordenações de políticas e programas. Não estão acessíveis ao público pois foram produzidos como insumos para discussão interna em fases preparatórias do desenho, redesenho ou avaliação de programas. Estatísticas e estudos são, em geral, mais acessíveis e são produzidos por diferentes organizações, como instituições estatísticas e centro de pós-graduação de universidades como apresentado na próxima seção.

Centros de produção de estatísticas, dados e estudos em Políticas Públicas

A disponibilidade de evidências mais estruturadas, derivadas de pesquisas e estudos avaliativos, para políticas públicas depende da diversidade e amplitude do Sistema Estatístico, centros de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do conjunto de organizações sociais, *Think Tanks* e centros de pesquisas existentes no país. O Brasil conta, nesse sentido, com uma rede ampla de instituições que produzem e sistematizam estatísticas, indicadores, estudos e avaliações de Políticas Públicas. Parte das instituições são públicas, sobretudo no âmbito federal, mas existem várias organizações da sociedade civil e fundações privadas, muitas criadas já há várias décadas, como resposta às necessidades do governo, empresas e sociedade de dispor de informações para gestão de suas atividades. De forma não exaustiva, essa seção apresenta várias dessas instituições que compõem o Sistema Estatístico e as organizações voltadas às pesquisas e estudos socioeconômicos. Um aprofundamento maior nesse sentido pode ser consultado nos outros dois livros – Jannuzzi (2016a, 2017) - que compõem com essa publicação a trilogia “Informação e Políticas Públicas”.

O Sistema Estatístico corresponde ao conjunto de organizações públicas envolvidas na produção de informação sociodemográfica, econômica e ambiental para uso da sociedade, governos, comunidade de negócios e instituições internacionais. Esse sistema pode ser mais amplo ou mais modesto, abarcando um conjunto mais amplo ou mais restrito de levantamentos primários de dados ou fontes secundárias de informação. A sofisticação de um Sistema pode se relevar pelo elenco de instituições especializadas, quadros técnicos envolvidos, tipos de pesquisas e fontes de dados organizados de onde são produzidas ou compiladas as informações para os diferentes usuários. A complexidade do Sistema pode se revelar também pela abrangência temática e pelo detalhamento territorial e sociodemográfico da informação produzida por essa arquitetura de instituições e pesquisas. De modo geral, quanto mais amplo o conjunto de políticas e programas públicos, quanto mais ativa a sociedade civil e quanto mais desenvolvido é o país, mais amplo é o espectro de estatísticas públicas, a granularidade e regularidade com que são disponibilizadas.

De fato, é o que mostra a experiência histórica dos países desenvolvidos e também a brasileira. Sistemas estatísticos foram se estruturando para atender demandas mais complexas das políticas públicas, assim como da sociedade e de empresas. Países com Sistemas de Proteção Social tão diferentes como os Reino Unido, França, Estados Unidos ou Suécia vieram a estruturar levantamentos estatísticos, cadastros públicos e registros administrativos para responder às demandas mais complexas de gestão pública e da estrutura econômica nacional, seja para promoção ativa de políticas públicas,

seja para regulação da vida em sociedade ou do mercado provedor de serviços. Cada país, ao longo do século XX, pelas características da oferta de políticas e serviços públicos – e também pelo porte populacional –, acabou moldando seu sistema de estatísticas de forma particular, ancorado em censos demográficos e pesquisas amostrais ou em cadastros públicos e registros administrativos.

A necessidade de provisão universal de uma ampla gama de serviços foi determinante, por exemplo, nos países nórdicos, para estruturação de múltiplos registros de programas, com informações individualizadas de cada cidadão. Certamente contaram para isso o porte populacional relativamente modesto desses países e o nível de estruturação do serviço público presente. Com o advento da informática, barateamento dos equipamentos e sofisticação dos aplicativos desde os anos 1970, tornaram-se possíveis a integração dos registros setoriais – antes armazenados em papel ou computadores isolados – e a produção regular de estatísticas deles derivadas. Nesse contexto, censos demográficos podiam ter questionários mais simples ou até mesmo nem existirem como levantamentos em campo, como no caso dos Países Baixos. Afinal, as bases integradas de dados administrativos já podiam prover um acervo rico de informações para dimensionar demandas públicas ou acompanhar o acesso a programas e serviços públicos.

Em países continentais, mais populosos, sujeitos a intenso movimento migratório interno e externo, ou ainda naqueles onde a oferta de políticas estruturou-se de modo não universal, em que o acesso aos serviços públicos foi guiado por critérios de seletividade (pelo nível de pobreza, origem étnica, etc.), os cadastros e registros de programas não podiam prover informações com a cobertura populacional necessária para retratar a dinâmica sociodemográfica e para dimensionar as demandas públicas de toda a população. Nesses casos, as estatísticas de ampla representatividade da população e de seus grupos sociodemográficos só poderiam ser produzidas mediante a realização de levantamentos em campo. É o que acontece no Brasil, em que os censos demográficos contemplam a coleta de um leque bastante detalhado de informações a cada dez anos, e em que outros levantamentos amostrais temáticos são realizados com maior periodicidade. Novas problemáticas e demandas coletivas estão levando a repensar as estratégias de levantamento e produção de informação estatística pelo mundo, desenvolvido ou não, como discutido em Stiglitz *et al* (2010).

No país, o IBGE é o responsável pelos grandes levantamentos estatísticos como os censos demográficos e censos agropecuários, pesquisas amostrais complexas pelo território nacional, levantamentos periódicos com empresas, além da caracterização geográfica, cartográfica e ambiental do país. A rede capilarizada de equipes técnicas é certamente um aspecto central para a produção estatística e geocartográfica do IBGE, em função das distâncias a percorrer no território e da

necessidade de condução de suas pesquisas de campo, que ainda requerem intensamente entrevistas domiciliares presenciais e visitas a estabelecimentos no meio urbano e rural. Tem havido um esforço de introdução crescente de novas tecnologias eletrônicas de coleta como questionário eletrônico, *palmtops*, pesquisa telefônica assistida por computador, sensoriamento remoto etc.

Também na disseminação de informação tem havido um esforço significativo de uso de novas tecnologias e suportes, para atender diferentes tipos de usuários, desde sociedade em geral, estudantes da educação básica e pesquisadores. As estatísticas produzidas pelo instituto são disponibilizadas em meio digital em seu portal, em publicações como a *Síntese de Indicadores Sociais* e o bilíngue *Brasil em Números* e em ferramentas de consulta como o SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados e o Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Essas ferramentas permitem construir tabelas cruzadas ou cartogramas, com ampla desagregação geográfica, com dados provenientes de várias pesquisas². São, pois, recursos interessantes para acessar estatísticas que não são trazidos nas publicações impressas ou aquelas dispostas na página do IBGE. Há também vídeos explicativos de conceitos básicos e *podcasts* com resultados de levantamentos. No caso dos censos e pesquisas amostrais o instituto também disponibiliza os microdados desidentificados. Além de textos metodológicos de suas pesquisas, o IBGE é editor de duas revistas de cunho acadêmico: a Revista Brasileira de Estatística e a Revista Brasileira de Geografia.

Em termos comparativos internacionais, o IBGE parece estar em uma boa situação, como atestam o Indicador de Capacidade Estatística (ICE) do Banco Mundial e estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Considerando aspectos metodológicos, periodicidade e abrangência, as estatísticas brasileiras estariam em um patamar elevado de capacidade pelo Banco Mundial: ICE de 80 (em uma escala de até 100) em 2018³. O IBGE estaria classificado, segundo levantamento de Dargent *et al.* (2018), nas primeiras posições em termos de complexidade na América Latina, juntamente com México e Colômbia, por sua capacidade de produção de estatísticas relevantes, credibilidade dos seus produtos, não interferência política na condução do trabalho técnico, qualificação do quadro técnico e transparência metodológica de suas pesquisas.

Se as estatísticas sociais, demográficas e econômicas têm no IBGE seu principal centro de produção, a sistematização das estatísticas ambientais está dispersa em várias organizações. O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) produz indicadores dos programas do Ministério do Meio-

² Há, ainda, várias outras ferramentas para consulta e extração de dados mais detalhados em nível territorial no portal no IBGE como a *Sinopse por setores*, *Visualizador por áreas de ponderação* e *Mapas interativos* (que permitem extrair dados por áreas municipais delimitados pelo usuário).

³ Ver Statistical Capacity Indicators, disponível em: www.databank.worldbank.org

Ambiente. A Agência Nacional de Águas é outro centro de produção de indicadores ambientais. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é um dos produtores de informações meteorológicas e de cobertura do uso do solo por meio de imagens de satélites, gerando periodicamente indicadores de queimadas e de desmatamento das florestas nacionais. O MapBiomas, organização não-governamental também se credenciou como provedora de informação, mapas e imagens na área.

O Sistema Estatístico envolve também os órgãos ou departamentos nos Ministérios setoriais, encarregados de produzir, compilar e disseminar evidências em diferentes escalas territoriais, a partir de registros em sistemas de gestão e monitoramento de programas e em cadastros públicos (Quadro 2). O Departamento de Informática do SUS (DataSus) é o principal portal de dados e indicadores do Ministério da Saúde. A estruturação do Sistema Único de Saúde desde 1990 ensejou a criação de um sistema capilarizado de coleta e registro de informações nos municípios e equipamentos de saúde pelo país. Diariamente são registrados dados relativos a eventos vitais e dos serviços de saúde prestados à população, consolidados posteriormente em banco de dados como o do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, do Sistema de Informações de Atenção Básica, do Sistema de Internações Hospitalares, entre os principais. Estas bases constituem-se em fontes fundamentais para planejamento e acompanhamento de ações na área de saúde em todas as esferas de governo no país, já que permitem consultar informações desagregadas por estado ou município, com boa cobertura temporal. O relatório “Indicadores e Dados Básicos” sistematiza periodicamente informações na escala estadual e o Caderno e Informação em Saúde traz um vasto conjunto de indicadores para diagnóstico e monitoramento em Saúde ao nível local. Há muitas publicações produzidas pelas secretarias nacionais do Ministério da Saúde, entre estas a publicação “Saúde Brasil”, que traz uma análise situacional do país em múltiplas dimensões da Saúde Pública.

Quadro 2: Algumas das principais fontes de dados e indicadores para Políticas Públicas

Fonte	Sítio	Conteúdo (Relatórios, Portais e Pesquisas)
IBGE	www.ibge.gov.br	Síntese de Indicadores Sociais Brasil em Números Cidades@, Estados@, Países@ Aplicativos SIDRA e BME Plataforma Objetivos Desenvolvimento Sustentável
ANIPES	www.anipes.org.br	Acesso aos sites de mais de 25 instituições subnacionais que compilam dados e indicadores sociais e econômicos, além de estudos para subsidiar o Planejamento Governamental
Ministério da Saúde DataSus	www.datasus.gov.br	Indicadores e Dados Básicos Saúde Brasil - relatório anual Sistema de Informações sobre Eventos Vitais Sistema de Informações de Atenção Básica
Ministério da Educação Inep	www.inep.gov.br	EducaCenso Censo de Ensino Superior Relatório SAEB Relatório de Monitoramento do PNE
Ministério do Trabalho Observatório do Trabalho	www.mte.gov.br	Relação Anual de Informações Sociais Cadastro Geral de Empregados Desempregados
Ministério do Desenvolvimento Social Sagicaad	www.mds.gov.br/sagi	Informações Sobre programas Cadastro único de Programas Sociais Censo SUAS

Fonte : Jannuzzi (2017) com atualizações

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é o principal órgão produtor de dados educacionais no país. Ele realiza o Educacenso, Censo do Ensino Superior, e avaliações de desempenho de alunos nas várias etapas do ciclo escolar, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional de Ensino Médio. No sítio do INEP há ferramentas de consulta que permitem construir séries históricas nos três níveis de governo sobre matrículas, evasão e aprovação escolar, equipamentos e edificações existentes, pessoal técnico-administrativo, professores e suas características de formação e titulação. Também tem um conjunto amplo de publicações e revistas acadêmicas, entre elas os Relatórios de Acompanhamento do Plano Nacional de Educação e os Relatórios do SAEB. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e as secretarias nacionais do MEC também disponibilizam dados de seus programas específicos em seus sítios na internet.

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, inserido no Ministério do Trabalho, é o órgão que disponibiliza as estatísticas de emprego valendo-se da RAIS - Relação Anual de

Informações Sociais- e do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, integrados a partir do sistema E-Social. Embora tenham uma cobertura populacional limitada, seus dados são usados na falta de outras evidências regulares sobre o mercado de trabalhos nos municípios entre os Censos Demográficos. Constituem-se em um censo anual sobre mercado de trabalho formal, no caso da RAIS (que inclui o emprego público), e um levantamento mensal do dinamismo de contratações e demissões de empregados celetistas nos estados e municípios, no caso do Caged. Há vários aplicativos que permitem acesso aos dados dessas bases, com produção de tabelas customizadas por localidade, setor de atividade, ocupação etc.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem uma secretaria específica – Sagicad- para disponibilizar dados do Cadastro Único, do Sistema Único de Assistência Social e dos programas Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Segurança Alimentar. O Cadastro Único, criado há mais de 20 anos, traz informações sobre as características do domicílio, acesso a serviços urbanos, escolaridade, trabalho e remuneração de cada componente das famílias de baixa renda no país. O Censo Suas é outro levantamento realizado pelo MDS, com o objetivo de analisar a implantação do SUAS nos âmbitos estadual e municipal. Por meio de questionários na Internet são coletadas as informações sobre infraestrutura, recursos humanos, recursos financeiros, aspectos institucionais junto aos gestores do Sistema nos entes federados, junto aos Conselhos e junto aos responsáveis pelos equipamentos sociais na ponta. A SAGICAD também produz avaliações e organiza publicações de programas sociais do Ministério.

Compõem também o Sistema Estatístico, várias organizações estaduais e municipais que produzem, compilam e disseminam estatísticas, indicadores e estudos em várias temáticas das políticas públicas. Entre elas, cabe destacar a Fundação Seade, Fundação João Pinheiro, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Instituto Pereira Passos, entre outros. Essas instituições têm portais, publicações e ferramentas de consulta a dados municipais ou estaduais, que podem auxiliar em processos de formulação de políticas e programas nessa escala territorial. Uma forma de acessar essas instituições é por meio do sítio da Associação Nacional de Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes). A essas organizações, é preciso relacionar as agências reguladoras, concessionárias e empresas públicas de processamento de dado, nos três âmbitos de governo, como produtoras de informações relativas ao ambiente de negócios em que operam como dados de consumidores ou de usuários de serviços, empresas atuantes no setor, registros transacionais processados etc. Sistema Estatístico nos dias de hoje envolve um número bem mais amplo de instituições, com missões finalísticas bem mais diversas, que a agências que vieram a se estruturar ao

longo dos últimos 200 anos, no bojo do aparecimento das repúblicas e monarquias parlamentares pelo mundo.

Além de um conjunto amplo de instituições produtoras de estatísticas e indicadores, o Brasil conta com uma extensa rede de centros de produção de estudos e avaliações de políticas e programas. Esse “ecossistema” de produção de conhecimento sobre políticas públicas certamente se deve ao esforço de mais de 70 anos de criação e consolidação das universidades públicas e do Sistema Nacional de Pós-Graduação pelo país. Ainda que muito concentrado inicialmente nas principais cidades da região Sudeste e Sul do país, a rede de universidades e dos cursos de pós-graduação capilarizou-se pelo território nos últimos 25 anos, com grande repercussão na formação de quadros qualificados e centros de pesquisa no campo de políticas públicas. Sem a pretensão de exaustividade- e sob risco de omissões inevitáveis- relaciona-se a seguir alguns desses centros de produção de evidências e estudos no país (Quadro 3).

O IPEA é um dos principais centros de produção de estudos sobre políticas públicas no Brasil, oferecendo suporte técnico e institucional ao governo federal e seus ministérios há muitas décadas. Suas publicações são disponibilizadas ao governo, governos subnacionais, universidades, sociedade e atores políticos (AFIPEA 2019). Com a ampliação do escopo programático de políticas públicas nos últimos 30 anos, o instituto passou a contribuir na produção de diagnósticos, monitoramento e avaliação de políticas e programas prioritários nas mais diversas áreas do governo. A linha editorial da instituição é bem ampla no campo das políticas públicas, com publicações de caráter mais institucional, que respondem às demandas governamentais, e outras com estudos resultantes de seus pesquisadores. Entre as publicações seriadas vale destacar o *Boletim de Políticas Sociais*, *Boletim de Análise Político-Institucional* e a revista *Planejamento e Políticas Públicas*, acessíveis no portal (www.ipea.gov.br). Há ainda a série *Texto para Discussão*, com um acervo bastante exaustivo e longo de análises de políticas públicas, nas mais diversas áreas programáticas. Também é muito rico o repositório de estudos sobre programas em pobreza, segurança alimentar, inclusão produtiva e sistemas de proteção social realizados em diversos países da África, América Latina e Ásia Menor pelo *International Policy Centre for Inclusive Growth* (IPC-IG), sediado na instituição.

De especial interesse nesse livro é também o Catálogo de Políticas Públicas. Essa plataforma reúne um amplo acervo de políticas e programas públicos implementados pelo governo federal nas últimas décadas como objetivos das intervenções, públicos-alvo, linha do tempo, legislação e relação de estudos já realizados sobre os mesmos nas publicações da instituição. É uma referência básica de consulta para elaboração da Análise CIPI proposta no capítulo anterior, seja pelas informações sobre

a linha do tempo e o arcabouço normativo dos programas como os estudo específicos sobre os mesmos. Também provê acesso aos dados orçamentários dos programas nos últimos anos. sobre uma vasta sobre as políticas públicas implementadas pelo governo federal nas últimas décadas. Há também no IPEA, aplicativos de consulta e extração de dados como o Ipeadata - que dispõem de extensa lista de séries históricas de indicadores sociais e econômicos- o Atlas do Estado Brasileiro - com séries históricas de pessoal nas três esferas de governo- e o Atlas do IDH, desenvolvido com a Fundação João Pinheiro e PNUD.

Há quarenta anos a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) vem atuando na formação de técnicos e gestores federais com um número significativo de cursos estruturados nas áreas de formulação, gestão e avaliação de Políticas Públicas, em diferentes modalidades e níveis – autoinstrucionais, extensão, especialização, mestrado e doutorado. Além de editar a reconhecida e longa Revista do Serviço Público, a escola tem lançado diversas publicações no campo, contemplando tradução de livros e artigos de autores internacionais de referência como também incentivado a produção de material original e inovador por autores brasileiros. Nos últimos anos vem atuando ativamente na produção de serviços de revisões sistemáticas e de avaliações executivas de programas federais, disponíveis em seu portal. O laboratório de inovação da escola também tem sido um centro de proposição de metodologias de desenho e redesenho de programas públicos, com muitas aplicações disponíveis.

A Fundação Oswaldo Cruz é a principal instituição pública no campo da produção de conhecimento, tecnologias e formação no campo da Saúde Pública no Brasil. Com a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da década de 1990, a instituição teve um salto ainda mais expressivo, conformando uma organização presente em nove estados, além da sede no Rio. Tem um elenco muito vasto de programas de formação, em nível médio, especialização, qualificação profissional e de pós-graduação de natureza acadêmica e profissional na Escola Nacional de Saúde Pública. A instituição tem tido um papel fundamental na concepção dos sistemas de informação em saúde dispostos no Datasus e de pesquisas amostrais em saúde, assim como em metodologias de avaliação dos programas em saúde, como os desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais (LASER). Outra iniciativa importante a registrar é o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs) na Bahia, que realiza estudos a partir da integração de bases de dados públicas. O Cidacs dispõe de uma base longitudinal mensal desde 2004 de registros individuais de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais, denominada

Coorte de 100 milhões de pessoas, as listas de beneficiários do Programa Bolsa Família, além de diversos outros registros de eventos em Saúde, com diferentes horizontes de cobertura temporal.

A Fundação Casa Rui Barbosa é um relevante centro de reflexão sobre formulação e avaliação de políticas e programas no âmbito da Cultura. A instituição tem tido papel ativo na discussão de pesquisas e indicadores sobre o setor, promovendo eventos periódicos e publicações na área, de modo a formar uma comunidade epistêmica e de práticas que consiga fazer as disputas de agenda política governamental com os instrumentos – evidências- que outras áreas programáticas já utilizam há muito tempo. A Fundação Cultural Palmares é outra instituição vinculada ao Ministério da Cultura que também tem entre seus objetivos compilar evidências acerca de seus públicos e ações programáticas.

Na esfera federal também é importante relacionar o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) como centros de produção de evidências sobre programas públicos. O CMAP foi criado em 2016 com objetivo de realizar avaliações de programas e políticas públicas com o propósito de orientar a alocação de recursos federais. Com apoio de outros órgãos de governo realizou várias avaliações de programas, com foco na eficiência e qualidade do gasto público. Se é certamente meritória a iniciativa de reforçar a produção de informações e conhecimento sobre políticas e programas públicos, não há como não apontar o desequilíbrio de sua composição institucional, foco avaliativo convencional e a redundância das finalidades das avaliações do CMAP com as já desempenhadas por outras instituições públicas como a CGU e TCU. Afinal, a CGU tem linhas de atuação que se desdobram em fiscalizações, auditorias e avaliações. Valem-se de várias técnicas, protocolos e estratégias para realizá-las e disponibilizam os resultados em seu portal. Atuam nas várias áreas programáticas de governo, órgãos federais e entes federativos (no que diz respeito ao uso de recursos públicos federais), disseminando os relatórios produzidos em seu portal. As auditorias, estudos e avaliações elaboradas pelo TCU estão organizadas pelas áreas programáticas em que a instituição se organiza, o que facilita o acesso a documentos específicos sobre programas públicos. Para além de relatórios detalhados, necessariamente volumosos para descrever os achados das atividades de auditoria, há esforço de produção de relatórios sintéticos para disseminação pública.

Quadro 3: Algumas das principais instituições e seus estudos em Políticas Públicas

Instituição e Pesquisas	Portal
CAPES – Portal de Dissertações e Teses	https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/
CEPAL – Panorama Social da América Latina	www.cepal.org
CGU – Avaliações de programas com foco na conformidade operacional	https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-de-programas-de-governo
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – estudos avaliativos no campo da C&T&I	https://www.cgee.org.br/
CEPASP- Estudos aplicados no setor público	www.cepasp.ufg.br
CIAP – Centro de Colaboração Interinstitucional de Aplicação da Inteligência Artificial em Políticas Públicas	www.ciap.org.br
CMAP – Avaliações de programas com foco na eficiência do gasto público	https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-
CNPq – Plataforma lattes e rede de colaboração de pesquisa	www.cnpq.br
ENAP - Revisões sistemáticas, Avaliações executivas, laboratório de inovação	www.enap.org.br
ENCE – Estudos em População, Território e Estatísticas Públicas e o Hub de Big Data das Nações Unidas	www.ence.ibge.gov.br
FIOCRUZ - Pesquisas na Escola Nacional de Saúde Pública, no LASER e no CIDACS	www.fiocruz.br
IEO/PNUD – Avaliações de projetos de desenvolvimento em diversos países	http://web.undp.org/evaluation/evaluation-office.shtml
IPEA – Estudos aplicados em Políticas Públicas, Catálogo de Programas Públicos	www.ipea.gov.br
NEPP – Estudos em Políticas Públicas	www.nepp.unicamp.br
NUPPAA- Eventos periódicos em Avaliação	https://inctpped.ie.ufrj.br/nuppaa/
PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano	www.pnud.org.br
RBMA- Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – congressos temáticos no campo	https://redebrasileirademea.ning.com/
Rede de Avaliação da Fundação Itaú	https://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/
Rede GIFE – biblioteca de iniciativas SINAPSE e congressos anuais	https://gife.org.br/
SAGICAD – Pesquisas de avaliação programas sociais	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/porta
SEMEAP – Seminário de Modelos e Experiências em Avaliação de Políticas Públicas	https://www.ufpe.br/dep-servico-social/nucleos-de-pesquisa
TCU – Avaliações com foco de auditoria e fiscalização operacional	https://portal.tcu.gov.br/imprensa/trabalhos-de-destaque/fichas-tematicas.htm
UNEG – Portal de unidades de avaliação das agências das Nações Unidas	http://www.uneval.org/

Fonte: Jannuzzi (2016), com atualizações

Estudos de políticas públicas com visões e valores alternativos aos oficiais podem ser obtidos nas universidades brasileiras em suas revistas científicas (Quadro 4). Pela solidez e amplitude dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, há um volume considerável de estudos em políticas públicas, produzidos de modo regular, compondo um mosaico multidisciplinar de enfoques. Nos departamentos de Ciência Política, Políticas Públicas, Sociologia, Economia e tantos outros, programas públicos e projetos sociais são analisados em dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelas agências estaduais de fomento à pesquisa. Esses estudos avaliativos podem ser buscados em anais de congressos científicos ou em vários periódicos técnico-científicos, acessíveis por meio de portais específicos ou pelo sítio de periódicos nacionais. O Portal Capes de dissertações e teses e a Plataforma Lattes são outros dois caminhos para buscar material e pesquisadores sobre políticas e programas públicos.

Há várias iniciativas de promoção regular de debates no campo, organizadas associações científicas, por núcleos de pesquisa nas universidades e organizações não governamentais. No Campo de Públicas e de Administração Pública há três grandes associações de pesquisadores e instituições, com eventos regulares pelo país: Associação Nacional de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão no Campo de Públicas, Sociedade Brasileira de Administração Pública e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, mais longeva que as anteriores. Outras associações científicas das Ciências Sociais Aplicadas também estão tem eventos regulares com sessões em políticas públicas como a Associação Brasileira de Ciência Política, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Sociedade Brasileira de Economia Política, entre tantas. Vale mencionar ainda os eventos regulares do Núcleo de Políticas Públicas: Análise e Avaliação (NUPPAA) da UFRJ, que procura reunir pesquisadores que desenvolver trabalhos em políticas econômicas, de infraestrutura, sociais e ambientais. O Seminário de Modelos e Experiências em Avaliação de Políticas (SEMEAP) da UFPE é outra iniciativa a citar, pelo seu papel difusor na região Nordeste.

Além dessas instituições públicas, o conhecimento em políticas públicas no Brasil é produzido e sistematizado por centros não governamentais de pesquisa. Entre as organizações sem fins lucrativos no campo da Avaliação é importante registrar a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA), a Fundação Itaú Educação e Cultura (FIEC) e o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE). A RBMA edita a Revista Brasileira de Avaliação, seguindo uma linha editorial

plural, multimétodos e multitemática no campo de políticas e projetos sociais. Realiza eventos nacionais congregando a comunidade epistêmica de avaliação de todo país. No caso da FIEC vale destacar a linha extensa de cursos autoinstrucionais em avaliação educacional em seu site, além de um curso longo de avaliação de impacto que formou um número considerável de pesquisadores. O GIFE é uma organização que congrega várias instituições não governamentais de fomento privado à projetos sociais, envolvendo-se também na realização de eventos regulares em avaliação.

Há também os *think tanks* no campo, especializadas em produzir análise de políticas públicas e defender causas ou políticas entendidas como coletivamente relevantes (Secchi, Ito 2016). Já totalizam mais de uma centena de organizações que procuram influenciar a agenda pública do governo, a pauta do parlamento, a cobertura da mídia e opinião pública por meio de seminários, publicações periódicas, estudos específicos sobre grandes questões nacionais e entrevistas com especialistas. As fontes de financiamento e a orientação política e ideológica de cada organização influenciam, naturalmente os temas de interesse e as perspectivas de como são analisadas as políticas públicas. Há, pois, desde instituições de apoio à reflexão política e acadêmica de partidos políticos como a Fundação Perseu Abramo, vinculada ao Partido dos Trabalhadores, a centros de estudos e formação com inclinação à direita como o Instituto Milenium.

Na avaliação de Casimiro (2021), há um balanço bem mais favorável a organizações de inspiração conservadora na pauta de costumes e neoliberal na economia no país, com financiamento de instituições similares nos EUA. Muitas dessas organizações tiveram apoio tácito, financiamento privado ou mesmo governamental de outros países nas décadas passadas para difundir as ideias de certo “consenso liberal” – como de Washington nos anos 1980-90. O fomento acadêmico com bolsas de estudos em universidades americanas, visitas técnicas viabilizadas pelos institutos Hoover e Heritage, cuidaram de formar, inclusive, *thinktankers* no país, pelo que se pode intuir pela análise crítica que Maranhão (2018) fez de várias dessas organizações internacionais. Se até aqui alguém tinha dúvidas acerca da neutralidade das evidências, a paternidade das mesmas “evidencia” os vieses e inclinações políticas que portam tácita ou explicitamente. Não deveria ser um problema a evidência ou estudo ter inclinação ideológica; problema mesmo é a tentativa de escamotear seus vícios de origem ou de seus patrocinadores, de faltar com a transparência metodológica de sua produção analítica. Não é preciso de “exame de DNA” para se identificar a paternidade institucional de muitos relatórios que circulam pela Internet e Mídia Empresarial postando-se como neutros, consensuais, “não ideológica” e acima de qualquer suspeita.

Quadro 4: Alguns dos principais periódicos com estudos avaliativos

Periódico/Instituição	Portal
Avaliação: Revista Avaliação do Ensino Superior	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077
Bahia Análise e Dados – SEI/BA	http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/index
Boletim de Políticas Sociais – IPEA	https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=145
Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=53
Cadernos de Pesquisa – FCC	http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/index
Cadernos de Saúde Pública – Fiocruz	https://portal.fiocruz.br/cadernos-de-saude-publica
Ciência e Saúde Coletiva – Abrasco	http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/
Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas em Educação	http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio
Estudos em Avaliação Educacional FCC	http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea
Meta: Avaliação	http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao
NAU Social – UFBA	https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial
Planejamento e Políticas Públicas IPEA	http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP
Rev. Brasileira de Avaliação RBA	https://rbaval.org.br/
Revista AVAL – UFC	http://periodicos.ufc.br/aval
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – INEP	http://portal.inep.gov.br/publicacoes
Revista Brasileira de Políticas públicas – UNICEUB	https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/index
Revista de Administração Pública – FGV	http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap
Revista do Serviço Público – ENAP	https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP
Textos para Discussão – IPEA	https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=359

Fonte: Jannuzzi (2016), com atualizações

A Fundação Getúlio Vargas é um dos mais conhecidos *think tanks* no país, com sede no Rio de Janeiro e unidades também em São Paulo e Brasília. Realiza vários estudos no campo, publica a Revista de Administração Pública e hospeda o Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (CLEAR). O INESC é uma organização não governamental com uma pauta de inspiração progressista, que procura acompanhar a agenda legislativa corrente, o

orçamento público e mobilizar a sociedade civil em pautas relacionadas aos Direitos Humanos. O DIEESE orienta-se, do ponto vista político-ideológico, também nesse campo progressista, mas com análises mais focadas em mercado de trabalho e desigualdade, dirigidas às organizações sindicais de trabalhadores. O DIAP é uma organização também voltada a subsidiar sindicatos na pauta legislativa e apoiar diretamente parlamentares comprometidos com a agenda trabalhista e políticas públicas. O CEBRAP, sediado em São Paulo, contribui com perspectivas mais acadêmicas na análise e avaliação de políticas públicas, inspiradas em certo pluralismo socialdemocrata que lhe deu origem há mais de 50 anos. Seu Centro de Estudos da Metrópole cumpre uma função mais instrumental para políticas e programas públicos, produzindo diagnósticos, publicações e capacitações em aplicativos, valendo de dados produzidos pelo IBGE e outras instituições do sistema estatístico. O CGEE é um centro de pesquisa sediado em Brasília, com contrato de gestão para estudos com o Ministério de Ciência e Tecnologia, para o qual realiza a Pesquisa bi-anual de Percepção Pública em Ciência e Tecnologia no país. O BRICS *Policy Center* promove regularmente colóquios, conferências e workshops em temas de interesse ao desenvolvimento e políticas públicas para países do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sediado em São Paulo, consolidou-se nos últimos 20 anos como um centro de análise de políticas e programas no campo da Segurança Pública e também de Direitos Humanos.

Organismos multilaterais tem produção técnica relevante para ser também incorporada no rol de evidências para desenho das políticas e programas no país. Dentre diversas publicações estatísticas e analíticas, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicam, respectivamente, o Panorama Social da América Latina e o Relatório de Desenvolvimento Humano. São publicações anuais que trazem referências de políticas públicas no Brasil e outros países, oferecendo uma perspectiva comparada interessante para entender alcances e limitações das ações públicas pelos governos na região. Nas Nações Unidas vale citar também, como referências de manuais e publicações de análise de projetos de desenvolvimento pelo mundo na perspectiva orientada pelos critérios da OCDE, o Escritório de Avaliação Independente (IEO) do PNUD e o Grupo de Especialistas em Avaliação (UNEG), que congrega representantes de cada uma das agências especializadas da organização. Na avaliação de programas e projetos de desenvolvimento, vale observar, essas agências se guiam pela matriz de critérios valorativos apresentadas no capítulo anterior. Banco Mundial e Banco Interamericano também produzem estudos avaliativos, em geral, em uma perspectiva mais focada na eficiência e qualidade do gasto, como soa acontecer em organismos multilaterais de fomento. Como contraponto a essas visões hegemônicas de

inspiração liberal, os relatórios anuais da OXFAM têm cumprido um papel importante de apontar a agudização da desigualdade, discriminação de gênero e outras iniquidades sociais resilientes pelo mundo. Oliveira e Passador (2022) estendem essa lista, com outras indicações importantes de instituições internacionais no campo de avaliação.

Como observado no início dessa seção, não é possível enumerar nesse livro todos os centros de estudos e programas de pós-graduação com produção regular no campo de políticas públicas sem o risco de omissões imperdoáveis e de rápida desatualização. Há certamente muitas organizações, para além dessas listadas, ligadas a programas de pós-graduação com trabalhos relevantes na área. Mas pelo papel protagonista na criação do Centro de Colaboração Interinstitucional de Inteligência Artificial Aplicada às Políticas Públicas (CIAP) em 2023, de especial interesse e menção nesse livro mais à frente, cabe destacar o Centro de Estudos e Pesquisas Aplicados ao Setor Público da Universidade Federal de Goiás (CEPASP/UFG), o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (NEPP/Unicamp) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE). O CEPASP tem o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas aplicadas ao setor público e em organizações que desenvolvam projetos e/ou ações em parcerias com governos. O NEPP foi criado há mais de 40 anos com a missão de promover estudos, pesquisas e atividades de formação de caráter interdisciplinar para aprimoramento das políticas e programas no país. A ENCE é uma instituição Federal de Ensino Superior, fundada há 70 anos, com a missão de desenvolver atividades de ensino e pesquisa no campo da Estatística, Análise Ambiental, População, Território e Estatísticas Públicas. Hospeda o Hub Regional das Nações Unidas para *Big Data* no Brasil, que tem o propósito de contribuir para o avanço no uso de *big data* para melhorar a produção de estatísticas oficiais.

Essas instituições de pesquisa têm articulados esforços conjuntos por meio do CIAP, desenvolvendo aplicativos computacionais e de Inteligência Artificial que permitem consulta mais sintética ou mais analítica ao acervo de estudos no Campo de Públicas, diagnósticos estruturados de indicadores de programas ao nível estadual e municipal. Também mantem um Repositório de Programas Públicos e Projetos do Terceiro Setor, em contínua atualização a partir de prospecção de boas experiências em municípios pelo país.

Expostas essas dezenas de fontes de evidências sobre políticas e programas, um decisor público poderia se render ao imobilismo da exaustividade de “como tomar uma decisão acertada com tantas interpretações possíveis de um fato, advindas de tantas organizações existentes”. É curioso, como bem coloca Ling (2011), que :

[...] na Era do Conhecimento a prospecção por fatos substituiu a corrida pelo ouro [...] Entretanto, a explosão na produção de evidências não conduziu a um senso de maior responsabilidade nem maior aprendizado organizacional. Em parte, esse aparente paradoxo pode ser explicado pela psicologia da escolha: frente a cada vez mais, e mais disparatada, informação, indivíduos podem ser tornar menos capazes de selecionar e incorporar evidências no seu repertório de conhecimento. Trata-se do “paradoxo da escolha”[...] em que a necessidade de decidir dentre alternativas difíceis de se avaliar significa, ao fim, nenhuma decisão concreta”. (p. 55, tradução nossa)

Ao finalizar essa seção, deve-se ter em conta que as diversas fontes de evidências apresentadas nessa seção disponibilizam produtos- informação e conhecimento- com diferentes níveis de profundidade, credibilidade técnica, inclinações políticas e legitimidade institucional (Parkhurst 2017). Esses parâmetros devem ser levados em consideração na apreciação técnica das evidências para subsidiar o processo decisório. Mas nem todo o conhecimento do mundo pode eliminar o fato de que a decisão pública requer o juízo político frente a evidências “técnicas”. A decisão pública não é somente informada por evidências, mas mediada por valores, como se tem insistido nesse livro.